

## DA SANGA A PARIS:

### DISCURSOS DE MULHERES NEGRAS VELHAS SOBRE TRABALHO<sup>1</sup>

Nilsa Maria Conceição dos Santos<sup>2</sup>

#### Resumo

Este é um estudo qualitativo, com entrevista narrativa, que busca dar visibilidade aos discursos de mulheres negras e velhas sobre trabalho em seus diversos “lugares de fala”, contribuindo para a desconstrução de estereótipos que negam o protagonismo dessas mulheres. São utilizados os pensamentos de Foucault e de Djamila Ribeiro, com a seguinte organização: introdução; trabalho e envelhecimento; trabalho, racismo e educação; discurso e lugar de fala; “a sanga”; “o caminho do meio”; “paris”; considerações finais.

**Palavras-chave:** discursos; lugar de fala; mulheres negras; envelhecimento; trabalho.

#### DE SANGA A PARÍS: DISCURSOS DE MUJERES NEGRAS Y VIEJAS SOBRE TRABAJO

#### Resumen

Se trata de un estudio cualitativo, con entrevista narrativa, que busca dar visibilidad a los discursos de las mujeres negras y viejas sobre el trabajo en sus diversos "lugares de habla", contribuyendo a la deconstrucción de los estereotipos que niegan el protagonismo de estas mujeres. Se utilizan los pensamientos de Foucault y Djamila Ribeiro, con la siguiente organización: introducción; trabajo y envejecimiento; trabajo, racismo y educación; habla y lugar de habla; “la sanga”; “el camino del medio”; “parís”; consideraciones finales.

**Palabras clave:** discursos; lugar de discurso; mujeres negras; envejecimiento; trabajo.

#### FROM SANGA TO PARIS: SPEECHES OF OLD BLACK WOMEN ABOUT WORK

#### Abstract:

This is a qualitative study, with narrative interview, that seeks to give visibility to the discourses of black and old women about work in their various "places of speech", contributing to the deconstruction of stereotypes that deny the protagonism of these women. It uses the thoughts of Foucault and Djamila Ribeiro, with the following organization: introduction; work and aging; work, racism and education; speech and place of speech; “the sanga”; “the middle way”; “paris”; final considerations.

**Keywords:** discourses; places of speech; black women; aging; work.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 12/12/2020. Primeira avaliação em 05/01/2021. Segunda Avaliação em 07/01/2021. Aprovado em 05/02/2021. Publicado em 25/02/2021.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.47602>.

<sup>2</sup>Nilsa Maria Conceição dos Santos. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Especialista em Gestão Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Graduada em Letras – Bacharelado em Assessor Secretário Executivo pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Brasil. E-mail: [nilsamcs@yahoo.com.br](mailto:nilsamcs@yahoo.com.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6414182499643317>. ORCID: 0000-0003-3623-3546

## Introdução

Este texto é um recorte de uma pesquisa (SANTOS, 2016a) e de um livro (SANTOS, 2016b) sobre saberes de mulheres negras e velhas. Na revisão bibliográfica observou-se o restrito número de pesquisas sobre essas mulheres (SANTOS, 2019), em razão desse sujeito, comumente, aglutinar assimetria de gênero, raça e classe, a tripla discriminação<sup>3</sup> na qual é agregada, uma quarta, a velhice, que faz com que seus discursos sejam silenciados, desqualificados ou não suficientemente considerados (FOUCAULT, 2008).

O estudo foi qualitativo, com utilização de entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). São analisados os relatos de vivências no trabalho de seis mulheres negras e velhas, partindo dos seus *lugares de fala* (RIBEIRO, 2017), que, para essas mulheres “em uma sociedade na qual os privilégios são para os homens, brancos e jovens, encontrar o seu lugar [...] é uma questão de sobrevivência!” (SANTOS, 2019, p.500).

As entrevistadas foram selecionadas visando uma maior variedade de experiências em relação à escolaridade e ocupações no mundo do trabalho. Elas estão na faixa dos 72 aos 86 anos de idade (dados de 2015), e se autodeclaram negras (pretas e pardas), segundo o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todas residem em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul - Brasil e dispensaram o uso de pseudônimos, conforme registrado nos termos de autorização e consentimento. São elas: Wilma, Carmen, Marisa, Norma, Petronilha e Vera.

Wilma, nascida em 1927, 86 anos, três filhas, viúva, 4ª série do primário, pensionista. Carmen, nascida em 1932, 81 anos, sem filhos, solteira, segundo grau completo, agente administrativo, servidora pública aposentada. Norma, nascida em 1936, 78 anos, solteira, uma filha, segundo grau completo, agente administrativo, aposentada. Marisa, nascida em 1939, 76 anos, um filho, divorciada, segundo grau completo, atendente de nutrição, aposentada. Petronilha, nascida em 1942, 73 anos, sem filhos, solteira, professora universitária, servidora pública aposentada. Vera,

---

<sup>3</sup>Benilda Brito. Mulher, negra e pobre: a tripla discriminação Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/10/01/mulher-negra-e-pobre-a-tripla-discriminacao/>. Acesso em 10 out. 2020.

nascida em 1942, 72 anos, dois filhos e uma filha, viúva, segundo grau completo, pensionista.

Para Bernardes e Hoenisch (2003) a linguagem e a cultura estão intimamente conectadas porque a linguagem é o mecanismo essencial pelo qual a cultura produz significados sociais e permite construir discursos que estabelecem, de maneira arbitrária, o que é verdadeiro e o que não é. O sujeito, ao nomear os objetos, cria um mundo no qual atua; e o campo de atuação profissional é de suma importância para a autonomia do indivíduo, construção da identidade, reconhecimento social e acesso a bens de consumo, entre outras dimensões materiais e simbólicas, cada vez mais importantes nas sociedades do século XXI (BRASIL, 2008).

Segundo Frigotto (1994) o trabalho é uma esfera central do ser humano, pela qual ele produz e reproduz suas condições de existência. O trabalho é a base ontológica dos indivíduos que vivem em sociedade, possibilitando a formação de ações coletivas de colaboração que atendem a demandas sociais e históricas de linguagem, costumes e representações que integram a cultura e a sociabilidade humana (LUKÁCS, 2013 apud NICÁCIO; SALAZAR, 2020).

Por isto, a maneira como os grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retrata uma faceta fundamental da desigualdade. Mulheres, homens, negros e brancos apresentam características bem distintas na entrada e permanência no mercado de trabalho (BRASIL, 2019). Verifica-se, nos indicadores, que a situação da mulher negra é sempre a mais precária, reforçando a urgência de estudos que proporcionem visibilidade aos discursos dessas mulheres confrontados com os discursos que sustentam, ainda, essas desigualdades.

A sociedade, no desenvolvimento dos sujeitos, tenta configurá-los com dispositivos que assegurem a manutenção das assimetrias nas relações de poder (ROCHA, 2018), mantendo o *status quo* de grupos que são considerados a elite, em razão do poder que dispõem. E, quanto mais os sujeitos se afastam do padrão humano estético valorizado, que é o de pessoa branca, mais sofre as consequências desse poder e “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Mulheres negras e velhas têm muito a ensinar sobre resistência, pois nasceram, cresceram, socializaram e continuam a se socializar em uma sociedade racista, machista e sexista. É nesse contexto que, muitas delas, foram precursoras do que se entende hoje por feminismo. Veja-se, por exemplo, Dandara, Tereza de Benguela, Luíza Mahin, Maria Felipa, entre outras, que foram lideranças de

escravizadas em lutas por libertação. Na pós-abolição, destacam-se Laudelina Campos Melo, Tia Ciata, Mãe Menininha do *Gantois*, entre outras. As mulheres negras fomentaram os ideais de liberdade e direitos, dando apoio, garantindo cuidado dos filhos e da casa, para que mulheres brancas, de classe média, pudessem lutar e disputar posições no mundo do trabalho. (SANTOS, 2019, p. 499).

Assim, a utilização do termo *velha* para designar as participantes visa resgatar a positividade desse termo, tanto teoricamente como empiricamente, pois como bem pontua Peixoto (2000) o termo *velho(a)* apresenta uma enorme ambiguidade por ser um modo de expressão afetivo ou pejorativo, cujo emprego se distingue pela entonação ou pelo contexto em que é utilizado. O termo *velho(a)* adquire um aspecto pejorativo a partir da década de 60, pois em documentos oficiais publicados antes desse período a denominação *velha* era para pessoas pertencentes à faixa etária de 60 anos, independente da condição social, e apenas no final da década que certos documentos oficiais e a maioria das análises sobre envelhecimento iniciaram a utilização do termo *idoso* (PEIXOTO, 2000).

Atualmente, os termos *idoso* e *velho* possuem semelhantes associações (FERREIRA *et al.*, 2010), mas o termo *velho* carrega mais conotações negativas por estar relacionado a limitações, vulnerabilidade e dependências de toda ordem. Como a população negra ainda luta pela conquista de condições de vida dignas (FERREIRA *et al.*, 2019) conclui-se que as condições de envelhecimento da maioria dessa população ressoam mais com as características desse termo.

Em relação ao termo *terceira idade* é uma construção contemporânea e surge para atender aos interesses de um mercado de consumo emergente, incluindo, especialmente, pessoas que têm boa saúde e tempo para o lazer (DEBERT, 1999). Como essa condição não é a realidade da maioria das mulheres negras e velhas esse termo não foi adotado.

Desse modo, a opção pelo termo *velha* é intencional e visa afirmar o valor da velhice (MARCONDES *et al.*, 2013), a força dessas mulheres como ancestrais, com base nos valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos que, entre outros princípios, percebem a ancestralidade como respeito e valorização das experiências, cheias de saberes e pensares dos mais velhos e produção de memórias e histórias (SANTOS, 2019), ancestralidade religiosa dos terreiros (SOUZA JUNIOR, 2011), das missionárias negras (BEOZZO *et al.*, 2009), das sacerdotisas negras (CALDEIRA; ARTUSO, 2020); ancestralidade como um projeto ético e de ação política

(BERNARDO, 2018), e ancestralidade através de uma abordagem normativa não religiosa (LEITE, 2008).

Conforme Schwarcz (1987), em fins do século XIX, o termo *negro* foi utilizado para os negros que se recusavam à dominação branca e à adesão ao ideal de brancura imposto no Brasil e vem ao encontro do que aponta Pereira (2010 apud BOTELHO, 2019) de que a luta pela liberdade e por melhores condições de vida nascem no Brasil, com a chegada do negro escravizado.

Assim, a utilização de *negras velhas* para denominar as mulheres negras e velhas constitui-se em uma estratégia de combate aos preconceitos e discriminações relacionados a gênero, raça e idade, valorizando a trajetória histórica e cultural da ancestralidade feminina negra. Destaca-se, também, o matriarcado de mulheres negras e velhas. Segundo Hita (2014) esse matriarcado emerge das articulações dessas mulheres entre idade, experiências e trajetórias de vida, que possibilitaram recursos financeiros e econômicos para criarem seus filhos ou filhos de outras mulheres, configurando arranjos familiares diversos, em que elas exercem autoridade na administração e condução da casa e da família.

## **Trabalho e envelhecimento**

A sociedade contemporânea tem sido marcada por uma série de transformações e paradoxos que se fazem sentir em uma das principais categorias de análise social, que é o trabalho. O trabalho é um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (MARX, 1998). O trabalho possui uma dimensão simbólica que pode proporcionar aos indivíduos reconhecimento ou completa desvalorização social em razão da posição social que ocupa (VARGAS, 2016).

Ainda em relação a essa [...] dimensão, [...] importante destacar o aspecto [...] do trabalho como fonte de rendimento e o que ele implica em termos de reconhecimento social. [...] se o trabalho é, por excelência, a fonte da riqueza socialmente produzida, ele é também um de seus principais meios de distribuição. [...] A classe trabalhadora, constituída de não proprietários dos meios de produção, [...] Nesses termos, o rendimento do trabalho torna-se um indicador fundamental para medir sua precariedade, uma vez que está em jogo, para a maior parte da população que depende do trabalho, o acesso aos bens e serviços considerados “necessários” para a garantia de uma existência “digna”. Um rendimento “insuficiente” do trabalho pode

acarretar ao indivíduo que trabalha ou a seu grupo uma situação de “privação material” ou “pobreza” (VARGAS, 2016, p. 317).

Na atual perspectiva observa-se a ocorrência de questionamentos em relação aos diferentes papéis que o trabalho tem ocupado, de acordo com o sistema político, econômico e social predominante (TOLFO et al., 2005). Segundo esses autores, a globalização, o processo de reestruturação produtiva, a competitividade, as mudanças nos contratos, dentre outros fenômenos, têm se refletido nessa categoria, emergindo investigações voltadas para o estudo da alienação, do desemprego, da precariedade das relações de trabalho e da crise das motivações.

Dentro desse contexto, é importante a compreensão dos significados do trabalho para uma sociedade em que ele ocupa papel central e determina o lugar dos indivíduos. Segundo Marx (1998), a essência da sociedade capitalista hegemônica<sup>4</sup>, no cenário histórico em que se vive, é a exploração do homem pelo homem, por meio do trabalho. Nesse sentido, a característica principal da sociedade é a transformação do trabalho em mercadoria, sujeita como qualquer outra à lei da oferta e da procura. Para Marx, o modo como os indivíduos produzem sua vida material tem relação direta com o desenvolvimento político, social e cultural. Assim, o modo de produção capitalista é um sistema produtor de mercadorias em que o ser humano é afastado do resultado do seu próprio labor, pois o produto desse não lhe pertence (SOUZA, MATIAS, BRÊTAS, 2010).

Na era industrial (TOLFO et al., 2005) o trabalho passou a ser visto como um símbolo de liberdade em relação ao sistema escravagista e agrícola, possibilitando ao homem transformar a natureza, as coisas e a sociedade. Essa centralidade do trabalho permaneceu até a década de 1970, expressa na organização da produção, principalmente, com o Taylorismo/Fordismo, que concebiam a produção em série, com empresas verticalizadas. A partir dessa década, esses modelos apresentaram sinais de esgotamento, não mantendo mais os índices de crescimento de acumulação de capital, nem os índices de emprego formal. E, desde então, o mundo do trabalho vem passando por intensas transformações, com aumento da debilidade das relações e condições de trabalho e aumento significativo do desemprego. Nesse cenário,

---

<sup>4</sup>Hegemônica: entendida aqui como aquela que privilegia determinados grupos sociais e categorias de análise, propostos por estes mesmos grupos e tais grupos são, invariavelmente, representados pelo “ideal” de homem, branco, de origem europeia, heterossexual e de classe média.

ocorre uma diversificação das formas de trabalho, gerando, entre outras coisas, o questionamento quanto à centralidade do trabalho<sup>5</sup>.

A articulação entre envelhecimento e trabalho pode ser pensada a partir da concepção de Borges (1999) que pressupõe uma hierarquização das esferas da vida: família, trabalho, religião, lazer e comunidade. O trabalho é tido como o segundo setor mais importante, precedido apenas pelo da família. Para compreender os sentidos do trabalho, correntes epistemológicas diversas embasaram os estudos, dentre as quais destacamos: a sócio-histórica, a humanista, a construcionista e a cognitivista.

Na perspectiva sócio-histórica (BERGAMINI, 1998), ele aparece como uma dimensão que vem sendo esquecida, substituída por pressupostos de que a motivação seria um fator gerenciável externamente ao sujeito, independentemente do sentido atribuído ao trabalho. Na abordagem humanista (MORIN, 2001) as principais motivações são: realizar-se e atualizar seu potencial; adquirir segurança; autonomia; ter o sentimento de vinculação; prestar um serviço; e contribuir à sociedade. Na vertente construcionista, independentemente do modo que as pessoas têm de compreensão da realidade, ela não existe. Os sujeitos e os objetos são entendidos como construções histórico-sociais, que criam pelo senso comum uma realidade. A partir dessa realidade as pessoas elaboram os seus significados (SPINK, 2004).

Na concepção cognitivista o trabalho é um conhecimento multifacetado, que tem um caráter histórico, dinâmico e particular, envolvendo tanto a história do indivíduo quanto a sua inserção social (BORGES, 1999). Essa perspectiva se articula à do materialismo histórico-dialético que preconiza uma possível reflexão acerca da relação entre trabalho e produção da existência, com base nos processos históricos, sociais, econômicos e culturais, relacionando-os a situações concretas e particulares (MONLEVADE; COSTA; CABRAL, 2020). Ambas as perspectivas permitem a articulação entre envelhecimento e trabalho, pois utilizam elementos presentes em outras abordagens, mas avançam, por estarem fundamentadas nos processos históricos e sociais, em permanente construção, tal qual o processo de envelhecer.

[...] envelhecimento é um processo dinâmico entre ganhos e perdas, marcado por processos biológicos e médicos; ancorado na biografia,

---

<sup>5</sup> Neste artigo parte-se dessa perspectiva crítica. Essas transformações estariam gerando um novo sistema capitalista, com racionalidade voltada para uma redescoberta e maior valorização do capital humano e sua subjetividade dentro do processo produtivo (sobre essa perspectiva ver: Jürgen Habermas (1960, 1976, 1981,1990), André Gorz (1982), Claus Offe (1989), Adam Schaff (1990), Robert Kurz (1992).

marcado socialmente e economicamente; resultado da interação da pessoa com seu ambiente físico, um processo específico de gênero, diferencial, multidimensional (com dimensões objetivas e subjetivas), multidirecional e que possui uma plasticidade, que é a capacidade de se adaptar às novas situações e ou limitações (WAHL E HEYL apud DOLL, 2014, p. 7).

O envelhecimento demográfico e as demandas dele decorrentes tornaram a velhice um tema privilegiado de pesquisa em diversas áreas e em diferentes perspectivas de análises (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). A primeira é a biológico/comportamentalista, que enfatiza a decrepitude física. Os velhos aparecem como portadores de múltiplas patologias sobre as quais os indivíduos e a sociedade devem atuar no sentido de retardá-las. O envelhecimento da população é considerado como um problema de Estado e social, que requer medidas urgentes em razão da dispendiosa demanda dos serviços de saúde.

A segunda é a economicista, que busca posicionar os velhos na estrutura social produtiva. Eles passam a ser denominados ex-trabalhadores e essas análises centram-se na aposentadoria e no rodízio de mão-de-obra pela troca de gerações (SALGADO, 1997). O discurso adquire contornos políticos de simpatia (SIMÕES, 1998) até a adesão explícita à luta dos aposentados (ARAÚJO, 1998). Em outra vertente, ainda relacionada à aposentadoria, aparecem os Programas de Preparação para a Aposentadoria - PPAs, que buscam dar aos futuros aposentados condições de explorarem suas possibilidades, por meio do processo permanente de educação, contribuindo para o desenvolvimento de suas vidas, com novos desafios que valorizarão a própria existência (SALGADO, 1997).

Na terceira perspectiva, é enfatizado o caráter sociocultural, que argumenta que, apesar das questões demográficas e econômicas serem aspectos plausíveis para a reformulação de políticas públicas elas são insuficientes para explicar a totalidade dos fatos que emergem da velhice como categoria analítica. Essa concepção entende a velhice como uma construção social. É a sociedade que estabelece as funções e atribuições preferenciais de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família (DEBERT, 1998). Na quarta vertente, a abordagem é transdisciplinar (BOSI, 1987, BEAUVOIR, 1990). A velhice é considerada um fenômeno natural e social que se desenvolve sobre o ser humano, único, indivisível, que se defronta com limitações biológicas, econômicas e socioculturais, que particularizam seu envelhecimento. O envelhecimento é considerado um direito, mas

há o reconhecimento das disputas e da tentativa do Estado e da sociedade de privatizar a velhice (DEBERT, 1999). Para Faleiros (2014, p. 7) “apesar de o capitalismo contemporâneo colocar seu fundamento na produtividade e na competitividade [...] a longevidade tornou-se uma conquista social”, prevista nos dispositivos legais brasileiros<sup>6</sup>, mas, depara-se com o desmonte neoliberal do Estado de direito, e com a não adequação das atuais instituições para a efetiva aplicação da legislação.

### **Trabalho, racismo e educação**

Por meio da educação é possível ter acesso a qualquer tipo de discurso, com os saberes e poderes que o acompanham (FOUCAULT, 2013). Partindo dessa premissa observa-se a importância da educação para o ato de falar. Pois quanto maior o acesso à educação, maior será o acesso a distintos lugares de fala.

Charlot (2000) refere que a construção do sujeito acontece de vários modos e um corresponde aos contextos de desumanização, em que o ser humano é proibido de ser, impedido de desenvolver as suas potencialidades e de viver plenamente a sua condição humana. O pouco acesso à educação foi um dos principais contextos de desumanização experimentado pela população negra.

[...] eu já achava que os livros iam sair caro eu mesma já me agarrei desisti no quarto ano desisti, que eu achei. [...] agora vem à seleta<sup>7</sup>, isso vai ser muito caro. [...] Aí ali eu já encerrei por minha conta (risos). Dali era a quarta para fazer a quinta, daí eu não fiz a quinta. [...] Não, não falei com os pais. Disse que dizia tudo: e a sua mãe não ficou brava. Não a mãe não tinha tanta instrução, criada assim, quase como escrava. [...] Se eu não vou ir pro Instituto, não vou tirar curso de professora, nem nada. Achei que já não precisava, então daqui já vou parar. Parar para arrumar serviço (WILMA, 2015).

Sobre a inserção dos negros na escola (ALMEIDA; SANCHES, 2016) revelam alguns percursos que ilustram a luta que essas mulheres precisaram desenvolver para se fazerem presentes na escola; e o quanto essa escola não estava preparada, como ainda hoje não está, para receber, apoiar e desenvolver plenamente os indivíduos, quando a pertença dessas pessoas difere dos “grupos que, por condições financeiras

---

<sup>6</sup> Constituição Brasileira (1988), Política Nacional do Idoso (1994), Estatuto do Idoso (2003), Política Nacional de Saúde do Idoso (2006).

<sup>7</sup>Referindo-se ao exame de admissão ao ginásio, extinto pela Lei 5.692 de 1971.

e uso de poder, se veem e são tidos como a elite da sociedade” (SANTOS, 2019, p. 499).

[...] a escola [...] inserida no processo de legitimação do poder estatal por meio das instituições. Este processo foi permeado sempre pelas relações sociais hierárquicas que, aqui, têm caráter marcadamente racial, dada a realidade de mais de três séculos de prática da escravização de pessoas negras e de suas prolongadas consequências sociais. É assim que a escola, ora impediu ou dificultou o acesso de negros, de forma que as elites brancas e proprietárias pudessem utilizar-se dela como meio de diferenciação e, portanto, da manutenção das estruturas sociais; ora incentivou sua presença na instituição como estratégia para inculcar valores da cultura dominante e, assim, legitimar-se. É por isso que a Lei 10.639/2003<sup>8</sup> representa uma conquista da luta das populações negras por sua efetiva inclusão na instituição escolar, [...] que possibilita a desconstrução da legitimação da discriminação por meio do conhecimento [...]. (ALMEIDA; SANCHES, 2016, p. 245-246).

Portanto, o Estado legitimou o racismo na escola por meio de um ensino voltado para a valorização do modo eurocêntrico de vida, seus valores, cultura e hábitos, com a correspondente desqualificação das culturas afro-brasileira e africana, insuflando na população negra e na população não negra esses valores que repercutem até hoje, e impactam no mercado de trabalho.

[...] como eu era a mãe negra, achei aquilo pra mim, parecia uma humilhação, mas eu era negra mesmo. A mãe negra elas falavam que eu tinha que citar que a mãe preta, foi talvez, a mais infeliz das três. Era o que a gente tinha na época pra citar, cada um vinha e falava seu pedaço sobre as mães. Eu não sei aquilo entrou na minha cabeça e ficou, [...] que a mãe preta foi, talvez, a mais infeliz das três. Isso aí eu não me esqueço, eu estava no terceiro ano primário [...] e eu não sei, sempre me achei, assim, inferior, achei que como eu sou negra parece que as pessoas não recebem a gente bem. Eu sempre fui assim, complexada (MARISA, 2015).

O racismo é bastante perceptível nos processos de seleção: entre duas candidatas, geralmente, a negra é preterida pela branca, mesmo que apresente maior escolaridade e qualificação (SANTOS, 2019).

A elevada proporção de trabalhadores negros – em especial, de mulheres negras – em situação ocupacional muito precária sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem na forma de inserção no mercado de trabalho. O acesso à escola e a

---

<sup>8</sup> Lei nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

formação profissional são condições necessárias para evitar a segregação, mas não suficientes para superar o quadro crônico de desigualdades (PRONI; GOMES, 2015, p. 149).

Bento (1995) aponta a inferioridade presumida como outro aspecto do racismo que impede ou dificulta a ascensão das trabalhadoras negras, fazendo com que elas enfrentem desconfiança acerca da sua capacidade em ocupar posições de destaque no trabalho.

### **Discurso e lugar de fala**

O conceito de discurso utilizado é na perspectiva Foucaultiana, em que o discurso possui um caráter temporário, marcado pelo jogo de relações sociais, em uma determinada época. Assim, não há verdades absolutas, tampouco, uma verdade a ser descoberta. “O que existe são discursos que a sociedade aceita, autoriza e faz circular como verdadeiros” (FOUCAULT, 2013, p. 23). Isso ocorre porque os discursos, em sua maioria, estão entrelaçados em disputas de poder, nas quais os principais objetivos são os interesses por trás daquele discurso, sua ideologia e os efeitos produzidos.

O discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual se estabelecem os saberes de um momento histórico. É, também, o lugar em que saber e poder se associam: quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente. Nesse ponto reside a interlocução que se pretende realizar sobre *discurso e lugar de fala*. O discurso é o que se fala. Mas, quando alguém fala, esse alguém fala de algum lugar, o *lugar de fala*.

Segundo Ribeiro (2017) todas as pessoas podem falar, em qualquer lugar, mas, as falas reconhecidas institucionalmente são aquelas que passaram pelo que Foucault (2013) denominou ritual, um dos procedimentos de controle da produção dos discursos “que define a qualificação que devem possuir os indivíduos, para em um diálogo ocupar determinadas posições e elaborar certos tipos de afirmações” (FOUCAULT, 2013, p. 37).

Ribeiro (2017) compreende que o lugar social que determinados grupos ocupam restringe ou amplia as suas possibilidades, e que os pontos de partida são “as condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 35). Ela cita as experiências distintas de mulheres

negras e brancas ao vivenciarem o gênero. No caso das *negras velhas*, além das discriminações de gênero, raça e classe social, uma vez que a maioria se encontra nas classes sociais de menor poder econômico e simbólico (BOURDIEU, 1989), agrega-se a condição de velha” (SANTOS, 2019, p. 498).

Assim, além dos agenciamentos relacionados à condição de mulheres negras, empobrecidas, soma-se o envelhecimento, como mais um desafio a ser enfrentado. Alguns estudos que articulam sexismo, racismo e idadismo<sup>9</sup> (QUEIROZ; CABECINHA; CERQUEIRA, 2020) apontam que a diferença nem sempre produz opressão, ampliando as possibilidades de autonomia dos sujeitos, com ações que podem ser de revolta, negociação, cumplicidade, entre outras.

E lá nessa dentista, [...] acho muito bacana, que ela vem e beija todo mundo. Eu tava prestando atenção nos outros, todos recebem o mesmo tratamento. [...] é um lugar legal, que a gente é bem recepcionada, porque exijo, ainda. [...] e esse médico de hoje também eu gostei dele [...]. Não é aquela pessoa assim que tenha nojo, chegou uma velha, chegou uma negra, chega pra lá, não. [...] tratamento exclusivo, porque eu sou negra, mas eu gosto de ser bem tratada, porque a gente sendo negra, sendo bem tratada, a gente não sente. Não sente a diferença. (MARISA, 2015)

Convém apontar que, mesmo pessoas negras de classe média ou alta, não estão isentas do racismo, pois segundo Carneiro (2003) o racismo subalterniza outras diferenças, como as de classe e de gênero. É importante, também, frisar que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (RIBEIRO, 2017, p. 39). Essa compreensão é fundamental para que se entenda o comportamento reacionário de integrantes dos grupos oprimidos.

O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. E sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos (RIBEIRO, 2017, p. 38).

---

<sup>9</sup> É uma importação com raízes no inglês *ageism* e significa discriminação baseada na idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas. Por exemplo, equipara-se a outras atitudes e práticas negativas já consagradas no léxico, tais como o racismo ou o sexismo.

Para Ribeiro (2017) pessoas de grupos continuamente discriminados produzem saberes, que além de confrontarem o que está posto e dito, são lugares de potencialidades e ajustes do mundo por outras maneiras e posições: “mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências” (RIBEIRO, 2017, p. 42).

[...] uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. Foi o reaparecimento destes saberes, que estão embaixo – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados [...] que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam [...] trata-se da insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 2008, p. 170-171).

É importante ressaltar (RIBEIRO, 2017) que todos têm lugar de fala sobre quaisquer temas. O ponto a ser observado é de onde se fala. Se a pessoa não integra o grupo que vivencia aquela realidade, é necessário um posicionamento a partir do lugar que ocupa. Portanto, é preciso uma percepção de que, mesmo que a sua experiência não reflita a experiência coletiva, ou seja, mesmo que uma ou mais pessoas negras não tenham e nem venham a passar por situações desagradáveis (ofensa, violência, entre outras), isso não apaga a história social de exclusão e marginalização sistemática dessa população, suficientemente documentada em boletins de ocorrência policial, em situações cotidianas de racismo divulgadas nas mídias, por quais passam as pessoas negras.

A abolição da escravatura sem planejamento e a estrutura da sociedade de base patriarcal, machista e classista, acabou por resultar na situação atual, em que as mulheres negras [...] são vítimas dessa [...] discriminação, mesmo que, muitas vezes, não tenham consciência dessa condição (VILA NOVA; SANTOS, 2013, p. 19).

Os lugares de fala considerados neste artigo estão denominados como: “A sanga”, “O caminho do meio” e “Paris”. Esses lugares remetem às trajetórias de vida das *negras velhas*, destacando as estratégias que elas utilizaram para enfrentar e resistir “aos discursos racistas e sexistas que tentaram e ainda tentam desqualificar as mulheres negras” (SANTOS, 2019, p. 504)

## A sanga

“A sanga” sintetiza o lugar de fala inicial da maioria das mulheres negras. Ela remete às lavadeiras, que foi uma das poucas ocupações que permitiram às mulheres negras uma renda e trabalho, sem que precisassem manter-se trabalhando nas casas dos senhores, apesar de ainda estarem trabalhando para os senhores.

[...] o trabalho de lavadeira [...] ajudou muitas mulheres negras, na época em que para elas, existiam pouquíssimas opções de ganho [...] É bom esclarecer que essa profissão de lavadeira não foi uma opção agradável para nossas avós, mães, tias, enfim, foi uma opção forçosa em função da migração forçada dessas netas e filhas que foram guindados à força para este país. [...] Era o que restava: lavar roupa, ser lavadeira (SILVEIRA, 2002, p. 48,75-76).

A extinção do regime de escravização dos negros pela Lei Áurea não foi acompanhada por políticas de inserção desse trabalhador na vida produtiva do país. Dessa constatação decorre o discurso dos movimentos negros organizados “A Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas esqueceu de assinar as nossas carteiras de trabalho” (VILA NOVA; SANTOS, 2013, p. 23). O racismo legou aos africanos escravizados no Brasil e aos seus descendentes uma situação de marginalidade, exclusão, exploração e pobreza, que, ainda, não foi equacionada. E a história oficial negou até o advento da Lei 10.639/2003 o ensino e valorização da história e culturas africana e afro-brasileira, como se a população negra não tivesse uma história e cultura, antes do advento da escravização, e também, os negros brasileiros, descendentes de africanos escravizados no Brasil, não tivessem construído uma história, que juntamente com as dos povos indígenas, asiáticos e europeus constituem a história do povo brasileiro (SILVA *et al.*, 2018).

Ainda que o regime oficial de escravização não mais exista, as *negras velhas*, deste estudo, trazem informações importantes sobre a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Elas pertencem à segunda geração após a abolição da escravização dos negros no Brasil.

[...] a minha mãe, com os irmãos dela, que eram uns quantos, se encontraram já adultos [...] pra fora, de primeiro, é como dá nas novelas í [...] teve filho, já doava, já davam, tinham que dar. Díficil o patrão querer que ficasse [...]. Ela não chegou a ser bem escrava [...] escrava não, mas era como fosse. A minha mãe foi filha de escrava.

Tinham que amamentar o filho do patrão. E minha avó teve bastante, mas aí foram todos assim, distribuídos. E não sei como [...] esse tio guardou pra que lugar cada irmão foi, pra que família e [...] em adultos [...] se encontraram os irmãos (WILMA, 2015).

As vivências dessas mulheres permitem que se tenha uma noção das dores e lutas que as mulheres negras precisaram enfrentar para existirem no mundo. Dessa resistência, dependia a sua sobrevivência, a sobrevivência de sua família, e em última análise, a sobrevivência da população negra, constituindo-se as mulheres negras no “sustentáculo da raça” (FERNANDES, 1978; IANNI, 1972 apud BENTO, 1995, p. 480).

[...] A minha mãe foi filha de escrava. Conheci a veinha [...] com a anquinha assim duma porretada que a mulher (sinhá) deu (ela demonstra com gestos e curvando o tronco) (WILMA, 2015).

[...] lá pelos quatorze, [...] comecei a lavar pra fora. [...] quando secava as sangas, a gente tinha que ir pra beira da praia. Aí pegava uma trouxa de roupa, com vários lençóis e toalhas e tudo, bem pesado, ia lavar na beira da praia. [...] botava aquela trouxa de roupa na cabeça e vinha pra casa pra passar aquelas roupas, entregar, pra no fim de semana ter um dinheiro pra ajudar a mãe, que o pai tinha problema de saúde, [...] Daí meu pai faleceu. Lá era tudo muito difícil [...] aí vim morar aqui pra poder trabalhar. E aqui eu vim, fiquei doméstica. Trabalhei em casa de família nove anos [...] nunca gostei de trabalhar em casa de família. [...] Eu fui muito humilhada. Sabe aquele pão seco? Davam pra gente. A comida, tudo, era só aquelas sobras [...]. Eu nunca gostei de ser diminuída, entende? [...]. Eu fui muito humilhada [...] tinha que encerar [...] o apartamento [...] e tinha que dar brilho em todas as peças do apartamento de joelhos, no chão. E foi muita humilhação até que eu consegui entrar numa empresa (MARISA, 2015).

Segundo Hahner (1978), o trabalho doméstico é uma atividade que absorve, majoritariamente, a mão de obra feminina negra.

[...] a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e [...] de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados (HAHNER, 1978, p. 120-121).

As experiências acima relatadas por Wilma e Marisa evidenciam uma face da relação, entre as sinhás e as escravizadas, e entre patroas e empregadas, respectivamente, baseada na desigualdade de gênero, classe, e raça (BRITES, 2013).

Na primeira, quem dá a porretada é outra mulher, evidenciando as assimetrias de classe e raça (a condição de escrava e de negra da avó da Wilma). Na segunda situação, a própria Marisa é quem relata o tratamento indigno ao ser oferecido para ela, como alimento, somente as sobras e pão seco.

O trabalho que as empregadas desempenhavam [...] assumia uma conotação maior de criada e não de empregada, em uma situação de exploração maior do que a que atualmente vivenciam. Se a casa era dos outros, era território de outros. Tratadas como criadas vivenciaram muitos atos de exclusão e segregação no ambiente doméstico. As situações relatadas demonstram que elas apenas habitavam a casa dos patrões para lhes servirem, vivendo em um ambiente que não invocava pertencimento. [...] havia nesses espaços a construção de uma identidade negativa, pautada no não pertencer, no não ter direito, em não ser respeitada e não “ser gente” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 172).

Bem diferente dessas vivências têm-se as da Norma e as da Wilma:

[...] fui trabalhar numa casa, [...] criei os guris tudo. Eles me chamavam de mãe. Aí depois eu vim embora, mas eu ia sempre pra [...] visitar, ficava sempre nessa família. [...] aí eu vim embora pra Porto Alegre, [...] nesse meio tempo trabalhei em uma casa de família pra me equilibrar por um ano. Depois, operei o estômago. Fui pra casa dessa senhora pra me recuperar. (NORMA, 2015)

Aí com quatorze anos eu fiquei em casa, [...]. Ajudando em casa a cuidar dos sobrinhos que iam nascendo. [...] Ir pro colégio, almoçar, ir pra lá deixar a cozinha em dia. [...] Eu ia ajudar a minha irmã em tudo de serviço doméstico, [...]. Dos nove aos quatorze anos fiquei esperando a idade pra trabalhar. (WILMA, 2015).

Norma não relatou nenhum conflito com as famílias para as quais trabalhou, muito ao contrário, ela destaca a relação de respeito e carinho de ambas as partes. Chamada de mãe pelas crianças, mantendo laços afetivos “a relação entre patroa e empregada pode ser [...] bastante positiva, [...] laços de ajuda, respeito e aprendizagem” (STENGEL, 2003 apud ANGELIN; TRUZZI, 2015, p. 64).

Na narrativa da Wilma observa-se que o trabalho doméstico realizado não era encarado como um trabalho, mas como uma atividade temporária. Ela continuava estudando, aguardando a idade para trabalhar “o emprego doméstico não faz parte dos projetos [...] da maioria das adolescentes [...] Elas sempre almejam melhores postos de trabalho” (MOREIRA; TOSA, 2009 apud ANGELIN; TRUZZI, 2015, p. 65).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2019) há aproximadamente seis milhões de mulheres cuja ocupação é de

empregada doméstica, sendo que mais de 60% desse contingente são mulheres negras.

O fenômeno da racialização não é apenas uma característica residual na sobrevivência do trabalho doméstico; na verdade ele compõe a base de manutenção da lógica deste último. Em países como o Brasil, na maioria das regiões, o peso da sociedade colonial escravista continua a acentuar as desigualdades entre negros e brancos – e nesse lugar social que se dá o maior recrutamento de trabalhadoras e onde também outras desigualdades se interseccionam (BERNARDINO-COSTA, 2012 apud BRITES, 2013 p. 429)

Em relação ao peso da sociedade escravista, Bento (1995) alerta para a importância de estudos acerca do legado da escravização negra sobre os brancos – que constitui o outro dessa relação, na qual o negro é o sujeito discriminado e o branco o sujeito que discrimina. Verifica-se, nesse lugar de fala, o estabelecimento de relações ambivalentes entre patroas e empregadas. Segundo Brites (2013) ainda não há uma produção significativa sobre essas interações, reiterando a necessidade, no Brasil, de mais pesquisas quantitativas referentes às patroas: faixa salarial, escolaridade, entre outros dados, visando apoiar de modo mais eficaz as políticas públicas. Para além desse objetivo, pontua-se que a revelação do perfil das patroas lançará luz ao outro na relação entre empregadas e patroas, pois no campo de estudos sobre trabalho doméstico (BRITES, 2013) pouco ou quase nada se sabe das patroas. Elas continuam na invisibilidade, sem serem confrontadas, nem responsabilizadas pelas más condições de trabalho, informalidade, salários baixos e horas de trabalho semanais elevadas impostas às empregadas domésticas.

### **O caminho do meio**

“O Caminho do meio” é o lugar de fala que revela as conquistas e o empoderamento<sup>10</sup> das *negras velhas* que, mesmo frente a um cenário adverso e hostil, conseguiram romper barreiras e se posicionar no mundo do trabalho em posições diversas das comumente destinadas a elas (lavadeiras, domésticas, faxineiras, babás, entre outras similares), mesmo que tenham em algum momento de suas vidas ocupado essas funções/profissões.

---

<sup>10</sup> Berth (2018) define empoderamento como o conhecimento histórico, político e social, combinado com a aceitação e valorização da estética, cultura e percepção acerca da sociedade, posicionando-se criticamente, com estratégias de atuação nos espaços em que se está inserida.

O “Caminho do meio” é o lugar de fala localizado entre “A sanga” (o lugar de fala menos qualificado) e “Paris” (o lugar de fala mais qualificado). Nesse lugar estão mulheres que saíram ou nunca estiveram em “A Sanga” e que não conseguiram chegar em “Paris”, mesmo que apresentem formação superior, pois de acordo com os dados do IPEA (BRASIL, 2019) do contingente de 15 milhões de mulheres ocupadas no Brasil, seis milhões atuam no serviço doméstico e desses, quatro milhões são mulheres negras. Assim, chega-se ao número de nove milhões de trabalhadoras (entre negras e não negras) que estão distribuídas entre os lugares de fala “Caminho do meio” e “Paris”. Tendo em vista a histórica desigualdade racial no mercado de trabalho, não é necessário muito esforço para depreender-se que mulheres negras no “caminho do meio” e em “Paris” estão sub-representadas, e com o advento da pandemia e as políticas reacionárias em curso no país, esses números estão despencando<sup>11</sup>, em que pese algumas ações afirmativas em curso<sup>12</sup>.

O lugar de fala “Caminho do meio” possibilitou às *negras velhas* evitar em permanecer ou virem a ocupar o principal destino para as mulheres negras, que era tornar-se doméstica (FARIA; FERREIRA; COUTINHO, 2014). A Marisa e a Norma, que foram domésticas conseguiram migrar para esse “Caminho do meio”. A Marisa, para uma empresa privada: “Aí depois que eu entrei, eu fiquei 12 anos. Depois eu fui para outra empresa na qual eu me aposentei” (MARISA, 2015). A Norma, para uma empresa pública: “fiz concurso e passei” (NORMA, 2015).

A Vera teve como “Caminho do meio” outro destino preconizado para mulheres daquela época, independentemente do grupo racial, tornar-se esposa e mãe (PINSKY, 2006).

Depois já veio o casamento. Casamento como se diz: é da casa pra casa. [...] Conheci o meu marido nas férias em Porto Alegre. [...] Foi o primeiro e único namorado. O pai sabia, a mãe sabia. [...] quando viram eu já tava sendo pedida em casamento (VERA, 2015).

A Wilma, que iniciou o percurso profissional no serviço doméstico, auxiliando sua irmã, com o casamento manteve-se no “Caminho do meio”, iniciado na livraria.

Dos quatorze anos até os dezenove anos trabalhei na livraria [...] Saí só quando eu fui casar. [...] sai da livraria para casar. [...] De primeiro

---

<sup>11</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/16/desemprego-pandemia-negros.htm>

<sup>12</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/23/nao-e-so-a-magalu-vagas-so-para-negros-avancam-mas-sofrem-criticas.htm>

as pessoas casavam e ficavam em casa. A não ser que tivesse filho e tivesse mesmo que ajudar (WILMA, 2015).

A Norma e a Marisa, também foram mães. Ambas, transitaram pelos destinos prescritos: tornar-se esposa, tornar-se mãe, tornar-se doméstica: os dois primeiros pela condição de ser mulher, e o segundo pela condição de ser mulher negra.

A Carmen trilhou pelo “Caminho do meio” até aposentar-se. Ela iniciou sua trajetória profissional já nesse lugar e destaca a consciência da mãe, que era doméstica, sobre o destino reservado às filhas. Com muito esforço sua mãe realizou os investimentos possíveis em educação para que as filhas tivessem uma inserção no mercado de trabalho em profissões outras, que não a de empregada doméstica, estratégia essa, que se mostrou exitosa:

[...] A minha mãe nunca deixou nem eu nem minhas irmãs se empregar em casa de família. Fiquei em casa até 18 anos, trabalhando em casa. [...] E sempre eu ia ao colégio [...] quando eu tava com 18 anos fui trabalhar como servidora pública [...] onde que eu fiquei até me aposentar. (CARMEN, 2015).

## Paris

O lugar de fala “Paris” é o de direito de todos, de qualquer classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual e idade. É o lugar em que é permitido ser, fortalecer suas potencialidades e vivenciar com plenitude sua condição humana. “Paris” é aquele lugar com o qual algumas das *negras velhas*, participantes deste estudo, sonharam. Uma atingiu esse lugar, outras ficaram no “Caminho do meio”, mas todas saíram de “A sanga” e algumas nunca estiveram lá.

Então, conforme ensina Ribeiro (2017) os lugares de fala não são vivências individuais, mas experiências coletivas, experimentadas por um grupo social, e mesmo que alguns indivíduos não tenham sofrido as tensões por ocupar um lugar de fala desprestigiado ou a serenidade por estar posicionado em um lugar de fala prestigiado, isso não os evade de refletir e de responsabilizar-se pelas mudanças, uma vez que, conforme o grupo social em que se está inserido, o ponto de partida difere de maneira positiva ou negativa. No caso da mulher negra, considerada como grupo e não individualmente, o ponto de partida é sempre mais precário e vulnerável. Essa mulher, para chegar ao lugar de fala “Paris”, precisa superar muitos obstáculos, começando pelo seu pertencimento racial. Mas, em que pese essas condições,

Petronilha conseguiu se posicionar nesse lugar de fala, além de, literalmente, estudar e conhecer Paris, capital da França.

Eu nasci aqui, [...] meu umbigo está enterrado aqui. [...] Esse terreno foi comprado pelos meus bisavôs maternos no início do século XX. Este bairro era chamado Colônia Africana. [...], embora já tivesse o nome [...] de Rio Branco. Outra coisa, a gente tinha muito livro. A leitura era incentivada. [...] a professora veio aqui em casa dizer que tinha um lugar [...] em uma escola Normal, para eu ser coordenadora. [...]. Eu fiz o concurso pra Português e pra Francês. [...] Fiquei em [...] 1º lugar no Francês. [...] recebi a bolsa do governo francês para estudar Literatura na França. Fui coordenadora pedagógica [...] em uma escola particular [...] e em uma escola pública. [...] me inscrevi no Instituto de Planejamento em Educação - Paris e fui selecionada. [...] eu era a única brasileira, na ocasião. [...] quando eu fui nós estávamos [...] escrevendo o Segundo Plano Estadual da Educação [...] e estavam me esperando para escrever. A responsabilidade da redação ficou comigo. [...] Quando acabou tudo eu fui chamada pela presidente para ser do Conselho de Educação do Estado [...] da Assessoria do Conselho. [...] Fiz o concurso [...] eu comecei a lecionar redação na universidade pública [...] e fui lecionar na universidade privada, até entrar no Doutorado. Trabalhei 12 anos na universidade privada. Depois [...] fui pra Universidade pública [...] até me aposentar [...]. Sou professora emérita da Universidade, [...] passei seis meses como professora visitante nos Estados Unidos (PETRONILHA, 2015).

Petronilha, mulher negra, cujo gênero e grupo racial, majoritariamente, ocupam lugares de fala sem nenhum prestígio. Ela nasceu, cresceu e se socializou em uma família negra de classe média. Sua avó e sua mãe tinham o mesmo nível de escolaridade que as mulheres brancas de classe média da época. Sua mãe, professora e diretora de escola. Ambas, avó e mãe, mulheres negras, eram exceções para a época. Igualmente a trajetória brilhante da Petronilha, em se tratando de mulher negra, pois, professoras universitárias negras são menos de 3% nas universidades brasileiras<sup>13</sup>. Mas, mesmo ela tendo alcançado resultados e oportunidades similares às do grupo racialmente dominante no Brasil, que é o de pessoas brancas, ela reconhece e se responsabiliza pela construção de mudanças. Ela é um nome de referência em estudos das Relações Étnico-Raciais no Brasil, com interlocuções internacionais, representando o Brasil, o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras. Sua trajetória no mundo do trabalho demonstra o potencial da população negra, se oferecidas às oportunidades de acesso à educação de qualidade.

---

<sup>13</sup> FERREIRA, L. "Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia". Disponível em <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em 30 jun. 2018.

Ela cumpriu o ritual necessário para ocupar esse lugar de fala e desse lugar, tal como a cidade luz, Paris, ela lança luz a outras mulheres negras para que elas possam brilhar e estarem presentes em todos os lugares de fala qualificados em que estão ausentes ou sub-representadas.

### Considerações finais

O sentido do trabalho para as *negras velhas* é percebido, distintamente, conforme os lugares de fala ocupados durante a trajetória profissional: com sentimento negativo “nunca gostei de trabalhar em casa de família” (MARISA, 2015); como algo compulsório “tinha que amamentar os filhos dos patrões” (WILMA, 2015); como fonte de orgulho e satisfação “fiquei me destacando 21 anos” (MARISA, 2015); “Sou professora emérita da universidade” (PETRONILHA, 2015), “Criei todos os guris. Eles me chamavam de mãe” (NORMA, 2015); como superação “o que aconteceu comigo foi *bullying* [...] mas eu superei” (CARMEN, 2015); como um sonho “Queria ser professorinha, preta, exibidinha. Esse era o meu sonho” (VERA, 2015); e como algo, eventualmente, necessário “De primeiro as pessoas casavam e ficavam em casa. A não ser que tivessem filhos e tivesse mesmo que ajudar” (WILMA, 2015).

Elas reconhecem o racismo “[...] como dá no rádio essa coisa de *bullying*<sup>14</sup> na parte onde que eu trabalhava existia muito [...] racismo porque o negro, os brancos tinham medo. Medo que eu fosse pegar uma chefia [...] Eu cheguei até aonde que na época, de acordo com a estrutura que tinha o Brasil, era assim, porque o negro sempre tinha que ser meio capacho, e a gente sabia, então foi indo assim” (CARMEN, 2015); “[...] eu era a única negra na sala de aula [...] até perdi uma viagem porque imaginei: a única negra e vá que vão querer entrar em algum lugar e vão ser barrados [...] depois de estar com tudo pronto [...] eu disse não [...]. Era a viagem de formatura” (VERA, 2015).

A luta de classes também é percebida “[...] até hoje os professores são educados pra lecionar para uma classe social. [...] É recente essa conversa de diversidade cultural, combate ao racismo [...]” (PETRONILHA, 2015), bem como a legitimação do saber científico em detrimento do saber das pessoas: “O meu pai foi

---

<sup>14</sup>*Bullying* é um termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executados dentro de uma relação desigual de poder.

para Candiota<sup>15</sup>, como se diz: deixar o terreno pronto pra depois chegar os engenheiros e assinar embaixo” (VERA, 2015).

As contradições aparecem em relação aos papéis destinados à mulher pela sociedade “Essa do colégio já é uma frustração. Depois que passa o tempo tu fica pensando quem sabe se tu te formasses. [...] mas se eu me formasse, ele não ia querer que eu lecionasse [...] E aí a gente trabalha mais em casa” (VERA, 2015).

Elas refletem, também, acerca das escolhas que foram pautadas não pela falta de condições materiais, mas por se sentirem constrangidas, em virtude de racismo e ou sexismo, a não realizar o investimento em educação ou porque suas famílias não detinham o capital simbólico suficiente para sugerir e/ou apoiar outras possibilidades. Este artigo suscita uma série de questionamentos para investigações futuras acerca da relação dessas mulheres com o trabalho, como exemplos: faixa salarial, cargo/atividades desenvolvidas, condições de trabalho, benefícios, oportunidades, com dados quantitativos, que permitam uma visão ampla das condições atuais de existência dessas mulheres, pois, “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se isso, muda-se a base do capitalismo.”<sup>16</sup> Portanto, cabe às novas gerações se apropriar dos saberes das *negras velhas* que possuem “uma riqueza de saberes tanto do mundo dos negros, quanto do mundo dos brancos” (SANTOS, 2019, p. 520), em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e livre.

## Referências

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ANGELIN, P. E.; TRUZZI, O. M. S. Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas: relações de trabalho, gênero e classes sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 30(89) p. 2835-2843, 2015.

ARAÚJO J.P. **Manual dos direitos sociais da população**: as reformas e o impacto nas políticas sociais. Ed. O Lutador, Belo Horizonte, 314pp, 1998.

---

<sup>15</sup> Candiota é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> Fala de Angela Davis na Conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, do evento Julho das Pretas, realizado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, em 25 jul., 2017. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/angela-davis-quando-as-mulheres-negras-forem-finalmente-livres-o-mundo-sera-livre/>

BEAUVOIR, S.de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEOZZO et al. **Tecendo memórias, gestando futuro**: história das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado. 1. Ed., São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, n. 2/95, ano 3, p. 479-488, 1995.

BERGAMINI, C. W. A difícil administração das motivações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 6-17, 1998.

BERNARDES, A.; HOENISCH, J. C. Subjetividade e Identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, N.; BRUSCHI, M. (Orgs.) **Psicologia Social nos Estudos Culturais**: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BERNARDO, A. S. S. de S. A lenda e a lei: a ancestralidade afro-brasileira como conceito epistemológico e como conceito ético-jurídico normativo. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. Ano 2018, Volume 3, número 6, Julho – Dez. 2018.

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, L. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 81-108, 1999.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOTELHO, J. Racismo e luta antirracista no Brasil: uma análise necessária para o avanço da estratégia anticapitalista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, UFF v. 17, nº. 34, set-dez, 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Análise Preliminar dos Dados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Ano 25, 2019.

BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa** v.43 n.149 p.422-451, 2013.

CALDEIRA, C.; ARTUSO, V. Sacerdotisas africanas no mundo bíblico. Leitura decolonial de Êxodo 4.24-26. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 361311, 2020.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**: consciência em debate. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2003.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DEBERT, G. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade". In: BARROS, M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 49-67, 1998.

DEBERT, G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1999.

DOLL, J. Educação e envelhecimento: desafios no mundo contemporâneo. In ANICA, Aurízia et. al. **Envelhecimento ativo e educação**. Algarve, 2014.

FALEIROS, V. P. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2014.

FARIA, G.; FERREIRA, M.; COUTINHO, C.A condição para quem nasce negra e mulher é ser doméstica? desigualdade entre mulheres brancas e negras no trabalho doméstico". **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 354 - 375, 2014.

FERREIRA, M. *et al.* Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 357-364, set./dez. 2010

FERREIRA, J. P.; LEESON, G.; MELHADO, V. R.; Cartografias do envelhecimento em contexto rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 17, n. 1, 2019;

FRIGOTTO, G. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politecnia, polivalência ou qualificação profissional. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1994 (Coletânea C.B.E.).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HAHNER, J. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HITA, G. **A Casa das Mulheres n'outro terreiro**: famílias matriarcais em Salvador-Bahia. Salvador: EDUFB A, 2014.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, p. 90-113, 2002.

LEITE, F. R. R. **A questão ancestral**: África negra, São Paulo: Palas Athenas: Casa das Áfricas, 2008.

MARCONDES, M. M. *et al.* (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**: contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONLEVADE, A. P. B.; COSTA, J. S.; CABRAL, C. A. Pesquisas sobre comunidades tradicionais em Mato Grosso: a “unidade do diverso”. **Trabalho Necessário**, v. 18, nº 37, set-dez, 2020.

MORIN, E. Os sentidos do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, Jul./Set., p. 8-19, 2001.

NICÁCIO, N. S.; SALAZAR, S. N. Emancipação Humana: a centralidade das categorias trabalho e liberdade. **Sociedade Em Debate**, 26(3), 317-328, 2020.

PEIXOTO, Clarice E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 95 -111.

PINSKY, C. B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Histórias de mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 607-639, 2006.

PRONI, M.; GOMES, D. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, dez, 2015.

QUEIROZ, C.C.; CABECINHAS, R.; CERQUEIRA, C. Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. In: **Dossiê Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo**. Equatorial, Natal, v. 7, n. 12, jan/jun, 2020.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROCHA. E. F. Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, nº. 3, Setembro/Dezembro 2018.

SALGADO, M. A. Aposentadoria e ética social. In: **Série Terceira Idade**. SESC, São Paulo, p. 4-15, 1997.

SANTOS, N. M. C. dos. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **Saberes das negras velhas sobre envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade**. Riga: Novas Edições Acadêmicas, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Pensamento de negras velhas sobre feminismo e currículo**. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 497-524, 2019.

SCHWARCZ, L. **Retrato em branco e preto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, P. B. G. *et. al.* Relações étnico-raciais, racismo e etnocentrismo em pesquisas educacionais. In: PASSOS, J. C. dos. PASSOS; DEBUS, E. (Org.). **Resistências e Reexistências: desenvolvimento e cultura afro-brasileira na região sul**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Atilênde, p. 207-241, 2018.

SILVEIRA, M. H. V. **As filhas das lavadeiras**. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.

SIMÕES J. A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: Lins de Barros, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, pp.13-34, 1998.

SIQUEIRA, R. L. de; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.

SOUZA, R. F.; MATIAS, H. A.; BRÊTAS, A. C. P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2835-2843, 2010.

SOUSA JUNIOR, V. C. de. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**, ilustrações de Rodrigo Siqueira. Salvador: EDUFBA, 2011.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, J.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A.P. Os Lugares das Empregadas Domésticas. **Organizações & Sociedade**, vol. 22, núm. 72, pp. 161-178, 2015.

TOLFO, S. R. *et. al.* Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do Trabalho. In: **Anais Fórum CRITEOS**, Porto Alegre: UFRGS/EA, CRITEOS, 2005.

VARGAS, F. B.; Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

VILA NOVA, A.; SANTOS, E.; Mulheres negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. **Espaço Científico Livre Projetos Editoriais**, Duque de Caxias, 1ª edição digital, 2013. Disponível em [https://issuu.com/espacocientificolivre/docs/mulheres\\_negras/](https://issuu.com/espacocientificolivre/docs/mulheres_negras/). Acesso em 30 de junho de 2018.